MARINHO CELESTINO DE SOUZA FILHO [1]

RESUMO: Por meio desse artigo, pretendo mostrar a origem e a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Palavras-chave: Origem. Organização. Histórico. Sem-Terra.

ABSTRACT: Through this article, I intend to show the origin and organization of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Keywords: Origin. Organization. History. Landless.

1 INTRODUÇÃO

Acreditamos que para entendermos a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, devemos antes nos reportar, necessariamente, à História do Brasil Colonial, em que encontraremos as formas primordiais de concentração de terras nas mãos de poucos e grandes produtores.

Assim, veremos abaixo um breve histórico da História do Brasil Colonial

2 BREVE HISTÓRICO DA INVASÃO-COLONIZAÇÃO BRASILEIRA

Para tratarmos da História da invasão-colonização brasileira recorreremos aos autores abaixo.

Nesse contexto, de acordo com Caldeira (1999), apud Teixeira (2001, p. 2), a invasão-colonização do Brasil, deu-se da seguinte forma:

Com o tesouro português sem condições de financiar a ocupação do Brasil, em 1532, o rei D. João III implanta o sistema de capitanias hereditárias por meio do qual dividiu seu território em 15 faixas horizontais doando-as a quem se dispusesse a explorá-las economicamente.

Notamos que o início da invasão-colonização marca, no Brasil, o começo da distribuição de terras.

O único critério de doação adotado consistiria em que a pessoa que fosse receber a terra deveria, primeiramente, explorá-la economicamente. Além disso, as pessoas que receberiam a terra deveriam ser ricas ou nobres, conforme Gancho et al. (1994, p. 15): “A doação de terras à primeira vista pode fazer crer que a afluência de pretendentes foi enorme, mas ocorreu o contrário, os portugueses ricos e nobres que preenchiam os requisitos para tal não se interessaram.”

Por essa razão, a doação de terras brasileiras assumiu proporções de concentração gigantescas para atrair as pessoas que se interessariam nesta grande empreitada, dessa maneira, pode-se explicar a origem do surgimento do latifúndio brasileiro.

Apesar de as pessoas capacitadas (eram considerados capacitados, os portugueses ricos e nobres) não terem se interessado pelas terras brasileiras, ainda assim elas foram doadas àqueles portugueses que tinham menos recursos.

Era o próprio rei de Portugal que concedia as terras, além de poder político, administrativo, militar e jurídico a quem recebia a porção de terra doada, conhecida como “Capitania”.

E conforme nos mostra Gancho et al. (1994), o Capitão-donatário recebia as Capitanias, imensos seguimentos de terra de mais ou menos 15 léguas, da costa do litoral até a linha um tanto quanto imprecisa, demarcada pelo Tratado de Tordesilhas (no interior). Essas terras ficaram conhecidas como Capitanias Hereditárias, porque só poderiam ser doadas aos filhos, estes do sexo masculino e sempre o primogênito. No total foram distribuídas 15 Capitanias a 12 donatários e o modelo adotado pelo rei de Portugal para a doação de terras foi o sistema sesmariano. Este sistema já havia sido implantado em Portugal no século XIV, com a finalidade de explorar as terras abandonadas, em virtude de guerras e lutas as quais abalaram, de certa maneira, a economia portuguesa.

A sesmaria adaptada ao território brasileiro sofre algumas poucas modificações. Ainda assim, havia uma semelhança: o dever de trabalhar a terra sob pena de ter de devolvê-la ao estado, neste caso, ao rei. Dessa forma, as Sesmarias mediam em média de 10 a 13 mil hectares, correspondentes, aproximadamente, a 24.000 campos oficiais de futebol. O sistema de doação Sesmarial ocorria da seguinte forma: escolhiam-se delegados, homens de “bem” da comunidade, por costume em número de seis, e estas seis pessoas distribuíam a terra. Do recebedor, exigia-se que fosse cristão, pagasse o dízimo à igreja e se dispusesse, realmente, a cultivar a terra.

E ainda de acordo com Gancho et al. (1994) havia, inclusive, um ritual para a posse da terra: o tabelião e o prefeito gritavam em lugar público: “posse!”. Então, o futuro proprietário pegava um pouco de terra e de ramos de árvore de sua futura propriedade e gritava também três vezes a palavra; “posse!”. Pronto! Estava doada a terra oficialmente. Não obstante, ter posse não implicaria em hipótese alguma ser dono. Para ser dono, dever-se-ia registrar a terra no livro do provedor, funcionário que trabalhava em órgão público, nesse caso, uma espécie de secretaria das finanças, no entanto, neste período, a economia brasileira consistia, praticamente, na cultura da cana-de-açúcar para exportação.

Além disso, como nos mostra Pedro (1997) os engenhos também exigiam uma quantidade enorme de trabalhadores, como não existia mão de obra portuguesa e os colonizadores, provavelmente, recusar-se-iam a fazer serviços pesados, resolveram, pois, escravizar os índios e os negros, no entanto, somente os negros permaneceram como escravos. Nesse sentido, acreditamos que não havia interesse algum nem da Igreja Romana e nem do Império em escravizar os índios, uma vez que os escravos eram propriedades particulares e o Império e a Igreja lucravam muito com o tráfico de negros africanos. Ou seja, os donos dos escravos pagariam quantias exorbitantes para sustentar a Igreja e o Império.

Portanto, percebemos que a Igreja e o Estado fizeram o que puderam para estimular a

comercialização de negros, pois, a Igreja e o Estado lucraram bastante com este tipo de "comércio".

Em vista disso, segundo Pedro (1997) a Igreja Romana inicia um processo de catequização dos índios e declara-os seres possuidores de alma, isto é, também deveriam ser considerados "filhos de Deus", e, por isso, não podiam ser escravizados. Instantaneamente, a Igreja se cala sob a condição subumana dos negros e a consequência imediata: continuidade à escravização dos negros.

O fato é que não interessava, economicamente, a quem mandava na situação (a Igreja Romana e o Império Português) que qualquer índio fosse escravizado. Mais do que isso: os proprietários que insistissem em escravizar os índios, o que era, plenamente, possível, eram punidos com excomunhão, e isto significava perder todos os privilégios imperiais, inclusive; a posse da terra.

Sendo assim, Pedro (1997, p.119) ratifica a afirmativa acima feita:

[...] A empresa açucareira empregou mão-de-obra escrava em massa para garantir a produção exigida pelo mercado europeu. Os índios foram escravizados como uma solução mais imediata desse empreendimento capitalista. No entanto, a burguesia mercantil européia, ansiosa por aumentar seus lucros, compreendeu que o investimento na compra e captura de escravos negros africanos seria altamente compensador.

A compra de escravos nos portos da África, seu transporte para a América e depois sua venda aos colonos fazendeiros significou um aumento considerável dos lucros de capitalistas traficantes, não só de Portugal como de outros países da Europa. Era a burguesia européia em formação que se utilizava qualquer meio para acumular o capital nessa fase primitiva do capitalismo. Essa era a lógica do mercantilismo.

Claro que a exploração do trabalho escravo dos índios continuou a ser utilizada, mas em pequena escala e em regiões da colônia onde a empresa açucareira não se instalou efetivamente. Os índios não foram utilizados como mão-de-obra intensiva porque isso não propiciava lucros para os traficantes portugueses.

Outro motivo para o emprego da mão –de – obra escrava africana foi o fato de a própria metrópole já a utilizar desde os fins da Reconquista e principalmente depois da conquista dos entrepostos na África. Só em Lisboa, 10% dos habitantes eram escravos, o que nos dá uma idéia da importância dessa forma de mão-de-obra.

De acordo com essa citação, notamos que em pleno Brasil Colonial, estabeleceu-se o latifúndio escravista, gerando violência e opressão contra os trabalhadores rurais, marcando, assim, de forma muito significativa e permanente a História do nosso país.

Diante desta dura realidade, segundo Pedro (1997) os negros escravos insatisfeitos insurgem-se contra o sistema de exploração, espoliação portuguesa, surgindo, assim, quilombos. Neles surgem de certa forma, os primeiros passos do movimento dos trabalhadores rurais brasileiros sem-terra. Os quilombos além de abrigarem escravos negros foragidos, geralmente, dos engenhos de açúcar, abrigavam também índios e outros trabalhadores.

Desses quilombos, o mais importante, consoante Gancho et ali. (1994) sem dúvida, foi o de Palmares, que abrigou cerca de 20 mil pessoas. Porém, no final do século XVII, com a morte de Zumbi, o quilombo de Palmares foi dizimado.

Não obstante, notamos que, de acordo com Gancho et al. (1994), o fim do tráfico de escravos e com a abolição tardia da escravatura, a terra já era controlada pela elite, sua possuidora, que em 1850, institui a chamada **Lei de Terras**, que excluiu da terra as classes sociais alheias a ela.

Assim, em conformidade com Pedro (1997), como consequência imediata da abolição, surgiram movimentos chefiados pelos ex-escravos, que acampados próximos às fazendas, lutavam por um pedaço de terra, apesar de serem reprimidos pelas forças policias. Porém, um dos maiores movimentos de resistência camponesa, deu-se na Bahia.

Dessa forma, segundo Pedro (1997) surge em 1893, Canudos, como o movimento ficou conhecido, em apenas dois anos, conseguiu ajuntar cerca de vinte mil trabalhadores sem-terra, devido ao grande carisma de Antônio Conselheiro, líder e pregador espiritual deste movimento. E, infelizmente, com o pretexto de preservar o regime republicano, em 1897, as forças militares exterminaram a vila de Canudos.

Nesse sentido, de acordo com Gancho et al. (1994), o problema da terra, porém, subsiste a Palmares e a Canudos. Movimentos independentes, ligas camponesas, ajuntamentos de descontentes e esfaimados, enfim, um enorme contingente de brasileiros que sofriam (e sofrem) com a falta de terra derivada da sua gigantesca concentração nas mãos de poucos, por isso, esses trabalhadores nunca deixaram de “fazer barulho”, embora às tentativas de sufocá-los fossem e sejam sempre cruéis e duras.

Sendo assim, a origem do MST está, intimamente, ligada à origem da organização e distribuição de terras no Brasil desde o período colonial.

3 A ORIGEM DO MST

De acordo com que asseveramos no item 2 desse trabalho, o problema da Terra vem se alastrando desde o período colonial brasileiro, por isso, a origem do MST está relacionada ao fato anteriormente elencando.

Contudo, a origem oficial do movimento, dá-se na década de 70, em plena ditadura militar.

Conforme Gancho et al. (1994), O país vivia o chamado "**Milagre Brasileiro"** e a intensa mecanização e modernização da agricultura, introduzida pelos governos militares, expulsava, dessa maneira, assalariados, arrendatários e parceiros do Campo. Independente disso havia muitos camponeses convictos de que poderiam se organizar e oferecer resistência, continuando a trabalhar na terra.

Dessa forma, em 7 de outubro de 1979, agricultores sem terra do Rio Grande do Sul ocupam a gleba [2] Macali, em Rolda Alta, surgindo, desse modo, oficialmente o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Essa notícia se espalhou e ações semelhantes surgiram em quase todos os estados brasileiros, já sob a égide da sigla MST, conforme o site desse Movimento [3] .

Vinte anos se passaram desde que 80 representantes de organizações camponeses reunidos num galpão de uma igreja em Cascavel – PR fundaram um movimento Nacional de luta pela terra. O movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Era o primeiro Encontro Nacional de Camponeses que lutavam pela terra e viam a necessidade de articular e organizar em nível nacional os diversos processos de luta localizados. O encontro consolidava a experiência de diversos estados e serviu para orientar a linha ideológica e definir a concepção do Movimento como uma organização autônoma dos trabalhadores rurais. [...] Existem mais de 500 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2299 famílias associadas; 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11174 sócios diretos; duas Cooperativas Regionais de Comercialização e três Cooperativas de Crédito com 6521 associados. São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces, além de diversos artesanatos. Tais empreendimentos econômicos do MST geram emprego, renda e impostos beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil. Aliada à produção está a educação: cerca de 160 mil crianças estudam no Ensino Fundamental nas 1800 escolas públicas dos acampamentos e assentamentos. O setor de educação atua ainda na educação infantil (0 a 6 anos), contando hoje com aproximadamente 500 educadores/as

(sic). O MST desenvolve um programa de alfabetização de aproximadamente 30 mil jovens e adultos, 750 militantes do MST estudam em cursos universitários. Desses, 58 cursam medicina em Cuba.

[...] Hoje, o Movimento conta com cerca de 350 famílias assentadas e aproximadamente 160 mil vivem em acampamentos. Considerando que a média da família brasileira é de quatro pessoas, os militantes do MST chegam a quase dois milhões de pessoas. Os assentamentos se tornam áreas libertas, conquistadas pelos trabalhadores e um exemplo para a continuidade da luta. Nos quase cinco mil assentamentos do MST nenhuma criança passa fome nem está fora da escola

Ora muita gente acha que o MST é só mais um movimento de desordeiros, gente desocupada, que não tendo nada para fazer, invade terras. Quem pensa assim, equivoca-se, porque, como vimos o Movimento pode ser considerado o mais organizado e bem estruturado do planeta.

Nesse sentido, observemos o que nos diz Viana (2005, p.22.) em uma entrevista feita pela **Revista Caros Amigos**
num encontro histórico entre o MST e um grupo de Hip Hop, realizado na escola desse Movimento: Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema a 80 quilômetros de São Paulo.

[...] Em 1984, disseram eles, quando aconteceu o primeiro Congresso Nacional do MST, os objetivos do movimento, que são os mesmos até hoje, foram estabelecidos: necessidade imediata das famílias por terra; reforma agrária e luta por saúde, educação, cultura; e luta pelo socialismo. Como meio de luta, a ocupação de terras improdutivas. Em 1986, conta Luciana da Rosa, do Rio Grande do Sul, surgiu o ícone máximo, a bandeira vermelha. O vermelho representa a luta e o sangue dos companheiros que tombaram, o branco representa a paz que queremos. O preto das letras lembra o luto pelos companheiros mortos e também as barracas de lona preta. O mapa do Brasil é pintado de verde, da esperança, e o desenho de um homem e uma mulher mostra que a luta só caminha se estamos juntos, companheiros e companheiras. O facão, nossa ferramenta de trabalho e instrumento de luta, vai um pouco além do mapa brasileiro, mostrando que a luta vai além das fronteiras.

Sendo assim, é necessário enfatizar ainda o fato de que o MST tem um Convênio com Cuba, além de 58 membros desse Movimento estudarem Medicina em Cuba.

Além disso, um grande número de artistas e intelectuais [4] apóia o Movimento, tais como: Beth Carvalho, Leandro Konder, Leonardo Boff, Ariano Suassuna, Apolônio de Carvalho, Aleida Guevara, Sérgio Carvalho, Plínio Arruda Sampaio, dentre outros.

3.1 A ORGANIZAÇÃO DO MST E A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Um dos maiores objetivos declarados do MST é garantir terra para quem não tem. Não obstante esse não é o único objetivo desse Movimento, porque, possui ainda seis objetivos extraídos da Internet, na página desse Movimento, na parte **Quem somos**:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e Onde (sic) o trabalho tem supremacia sobre o capital.

2. A terra é um bem de todos. E deve estar a Serviço de toda a sociedade.

3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.

4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direito econômicos, políticos, sociais e culturais.

5. Difundi os valores humanista e socialista (sic) nas relações sociais.

6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

Nota-se que o primeiro objetivo desse movimento, reza a construção de uma sociedade justa, onde o trabalhador deve ser valorizado, ou seja, o trabalhador terá supremacia sobre a exploração capitalista.

Já o segundo objetivo de tão referido Movimento seria com a Terra, isto é, a Terra deve pertencer a todos, vista ainda como um bem a serviço de toda a humanidade.

O terceiro, mostra a importância de se garantir trabalho, riqueza e justa distribuição de rendas.

No quarto objetivo, notamos o desejo de justiça social e igualdade, ou melhor, garantir direitos e deveres iguais a todos.

O quinto seria, justamente, defender os valores morais e a justiça social.

Enfim, o sexto, seria o de combater e coibir toda e qualquer forma de discriminação social, buscando resguardar e garantir às mulheres direitos iguais. Além disso, o MST declara visar à reforma agrária de uma forma mais ampla, embora uma das primeiras tentativas de reforma agrária no Brasil surgisse em plena ditadura militar na década de 60. Em 1964, as autoridades militares criaram o Estatuto da Terra, que pretendia organizar a estrutura fundiária de nosso país.

Frente a este fato, expandiu-se a fronteira agrícola com o objetivo de atender o aumento de consumo, porque havia uma enorme quantidade de terras mal exploradas, abandonadas ou paradas sob a égide da especulação imobiliária.

Por isso, haveria a necessidade de se desenvolver novas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Outra justificativa para o Estatuto era de que o problema dos sem-terra, mesmo no período da ditadura militar, já se constituía em um dos graves problemas sociais daquela época.

Com o Estatuto da Terra, também se pretendia aumentar a produção agrícola brasileira através da implementação e da utilização de técnicas agrícolas avançadas no campo, que passaria a ser o próprio consumidor dos bens industrializados: máquinas, implementos agrícolas, adubos, e bens de consumo em geral.

O Estatuto da Terra ainda previa a divisão da terra e o órgão responsável por esta divisão é o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Por isso, as propriedades tiveram de ser classificadas, surgindo, assim, quatro tipos de propriedades: minifúndio, empresa rural, latifúndio de exploração e de dimensão.

Portanto, o Estatuto da Terra pretendia organizar a infraestrutura agrária, fundiária do nosso país, mas também previa a reforma agrária. Mesmo assim, não foi realizada.

Com o fracasso da reforma agrária do Estatuto da Terra, a Constituição de outubro de 1988, estipulou os critérios para a desapropriação de terras destinadas à reforma agrária, se bem que as condições para tal empreitada, também deveriam ser regulamentadas em leis complementares.

Assim é que a Constituição Brasileira no Capítulo III, que trata da Ordem econômica e Financeira, nos artigos 184 a 191, indica os critérios de como poderão ser feitas as

desapropriações de terra para fins de reforma agrária.

Entretanto, esta tão almejada reforma agrária ainda não foi feita. Alguns motivos serão demonstrados a seguir.

O primeiro deles é de cunho ideológico, uma vez que cada segmento da sociedade tem a sua própria concepção do que seja uma reforma agrária, por exemplo: os partidos políticos, os sindicatos, a Igreja, os representantes dos proprietários rurais, tanto dos grandes quanto dos pequenos.

Além disso, para se promover qualquer tipo de reforma agrária, independentemente de ideologia, há de se considerar ainda outros fatores ligados diretamente ou indiretamente a terra, tais como as diferenças regionais, o mercado consumidor e as relações de trabalho.

Acreditamos que em cada região a estrutura fundiária, a distribuição e ocupação de terras são diferentes e, por isso, medidas, que, muitas vezes, beneficiam o processo de reforma no Sul, poderão prejudicar no Norte.

Também, a pressão exercida pelo mercado interno ou externo de produtos e insumos agrícolas influencia na reforma agrária, já que pode determinar o tipo de produção e até a extensão da propriedade.

Desse modo, consoante Gancho et al. (1994), há quem diga que culturas destinadas à exportação exigiriam maior quantidade de terras, isto é, grandes propriedades, por exigir produção em alta escala, a fim de que possam ser garantidas qualidade e quantidade do produto, o que, absolutamente, não é verdadeiro, mas que é usado como argumento contra a reforma agrária.

De acordo com que vimos às relações de trabalho também pesam no que tange à questão agrária, porque não se pode pensar apenas na distribuição de terras, mas também nas condições de vida do homem do campo.

Devem-se levar em conta, ainda, os vários interesses das pessoas envolvidas nesta questão, como, por exemplo: o pequeno proprietário tem problemas diferentes do grande, o dono de uma fazenda-empresa pensa diferente de outro proprietário que não cultiva as suas terras, as necessidades e os anseios dos diversos tipos de proprietários são distintos, entre outros aspectos interferentes.

Por outro lado, segundo Gancho et al. (1994), devemos considerar que as necessidades e as realidades dos sem-terra divergem das dos posseiros, porque, os posseiros, muitas vezes, tomam posse da terra para logo em seguida vendê-la, não obstante, os sem-terra não, eles querem o título da propriedade da terra para poder morar e trabalhar nela.

Ainda de acordo com Gancho et al. (1994), existem a realidade e a necessidade dos assalariados, que trabalham com a finalidade de garantirem os seus direitos trabalhistas, o que não implica, necessariamente, no desejo de possuir a terra para fins de produção, uma vez que muitos desses trabalhadores não sabem como trabalhar a terra, tornando-a produtiva. Há de se considerar ainda que grande parte dos assalariados do campo domine, apenas, parte do processo do trabalho rural, como, por exemplo, capinar, aceirar, derrubar, etc.

Entretanto, cremos que, independentemente, das muitas dificuldades que envolvem a estrutura fundiária brasileira, deve-se, urgentemente, realizar a reforma agrária.

No entanto, para a realização de tão complexa tarefa, consoante Gancho et al. (1994), não devemos deixar de considerar as mudanças na estrutura da propriedade, nas relações de produção, na distribuição da renda, da riqueza e do poder.

Deve-se, ainda, levar em conta o aspecto flutuante da economia brasileira, por causa de uma crise originária, quase sempre, da expansão e diversificação efetiva do mercado interno, uma vez que, além de os grandes proprietários controlarem o poder político e econômico, há de se

conviver com projetos agrários conservadores.

Como se observa no site do MST, a organização e estruturação desse Movimento se manifestam da seguinte forma: está organizado em 23 Estados da Federação e em 15 anos de existência, quase 150 mil famílias já conquistaram sua terra. Além disso, grande parte dos assentados se organiza em torno de cooperativas de produção, que já somam 55 associadas às centrais ligadas à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

Dessa forma, a elevação da renda das famílias assentadas é uma realidade em muitos assentamentos: de 3,7 salários mínimos mensais por família. Onde as agroindústrias estão implantadas essa média sobe para 5,6 salários mensais para famílias. O MST ainda investe na formação técnica e política dos assentados.

Nesse sentido, o setor de educação é considerado pelo movimento um dos mais atuantes.

Desse modo, são mais de 38 mil estudantes e cerca de 1500 professores diretamente envolvidos nesse processo em parceria com a Unicef.

Por isso, além dos cursos regulares, o MST promove cursos e atividades de capacitação que beneficiam cerca de três mil pessoas todo ano. Entre esses cursos estão os de magistério e o técnico em administração de cooperativas que além de assegurarem uma profissão, garantem ainda certificados em nível de segundo grau, assegurando, assim, aos participantes poderem prosseguir em seus estudos.

Após esse breve comentário sobre a origem e a organização do MST, trataremos abaixo das considerações finais desse trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, hoje é inegável a importância social, política e econômica do MST, que garante, de certa forma, mais dignidade, mais confiança e esperança aos trabalhadores rurais sem terra.

Assim, somos a favor do MST, apesar de sabermos, por meio de uma Dissertação de Mestrado [5]
realizada num dos maiores assentamentos legalizados do Brasil, localizado em Nova Conquista, Vilhena – RO, que muitas pessoas conquistam suas terras e, em seguida, vende-as.

Nessa circunstância, somos contra o movimento, entretanto, algumas famílias de sem-terra estão realmente interessadas em cultivá-la, por isso, nessa condição, somos a favor do Movimento. Pois, percebemos através do nosso trabalho de pesquisa no assentamento de Nova conquista que existem muitas pessoas realmente interessadas em cultivar e morar na Terra conquistada por meio do Movimento.

5 REFERÊNCIAS

GANCHO, Cândida Vilares et al. (1994). **A posse da terra.** 2ed. São Paulo: Ática.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: www.mst.com.br
Acesso em 13 de agosto de 2001.

PEDRO, Antônio. (1997). **História da civilização ocidental: geral e Brasil, integrada**. São Paulo: FTD.

TEIXEIRA, Gerson. (2001). **A problemática agrária no Brasil contemporâneo.** Disponível em: http://www.cade.com.br
. Acesso em 24 de novembro de 2004.

VIANA, Natália. (2005). Fazendo História**.** In: **Caros Amigos**, ano IX, número 103. São Paulo: Casa Amarela.

[1] Ms em Linguística e professor da Cadeira de Língua Portuguesa no IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Ariquemes.

[2] Gleba seria uma extensão definida de terra dividida em terrenos apropriados para o plantio.

[3] Para saber mais sobre o MST, basta consultar o site www.mst.org.br .

[4] Conferir a agenda do MST do ano de 2002.

[5] Se os leitores e leitoras se interessarem por esse trabalho, basta enviar um emeio ao Professor Ms. Marinho Celestino de Souza Filho: marinho.filho@ifro.edu.br , que esse professor terá o maior prazer de fornecer um artigo publicado com mais informações sobre a sua Dissertação de Mestrado realizado no Assentamento anteriormente mencionado.